

ATA NÚMERO 94/XIII/ 3.2 SL

Aos 20 dias do mês de dezembro de 2017, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Apreciação e votação das atas n.ºs 92 e 93, relativas aos dias 06 e 13 de dezembro:
- 2. Discussão e votação do Parecer relativo à audição dos dois candidatos indigitados para vogais da ERS, ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 17.º da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 12/2017, de 2 de maio Autor do Parecer: Deputado Moisés Ferreira.
- 09:10 Audição do Ministro da Saúde sobre «os fundamentos da decisão governamental de transferir o INFARMED de Lisboa para a cidade do Porto», a requerimento do PSD.

O Presidente da Comissão começou por distribuir o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018 – Programa para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática [COM(2017)650] para elaboração de Relatório, ao CDS-PP, que indicou a Deputada Isabel Galriça Neto.

1. - Apreciação e votação das atas n.ºs 92 e 93, relativas aos dias 06 e 13 de dezembro

As atas n.ºs 92 e 93, relativas aos dias 06 e 13 de dezembro, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

2. - Discussão e votação do Parecer relativo à audição dos dois candidatos indigitados para vogais da ERS, ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 17.º da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 12/2017, de 2 de maio - Autor do Parecer: Deputado Moisés Ferreira

O Deputado Moisés Ferreirá apresentou o Parecer relativo à audição dos candidatos indigitados para vogais da ERS, Eng.ª Maria Manuela de Carvalho Álvares e Dr. Rogério Joaquim Nogueira de Carvalho, referindo que é factual e resume as



ATA NÚMERO 94/XIII/ 3.ª SL

apresentações iniciais dos candidatos e as intervenções dos Grupos Parlamentares, salientando que não houve qualquer oposição ao currículo dos membros indigitados para vogais do Conselho de Administração da ERS nem às suas apresentações, pelo que se consideram aptos. Assim, conclui que deve ser enviado o Parecer ao Governo nos termos do n.º4 do artigo 17.º da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 12/2017, de 2 de maio.

O Presidente colocou o Parecer à votação, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

09:10 - Audição do Ministro da Saúde sobre «os fundamentos da decisão governamental de transferir o INFARMED de Lisboa para a cidade do Porto», a requerimento do PSD

O Presidente da Comissão cumprimentou o Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, e a delegação que o acompanha, endereçando um cumprimento especial à Secretária de Estado da Saúde, Rosa Matos, recentemente empossada, dando ainda nota da grelha de tempos a utilizar nesta audição.

O Deputado Miguel Santos apresentou o <u>requerimento</u> começando por considerar excelente a ideia de transferir o INFARMED para a cidade do Porto, mas considerando que esta coloca diversas questões, tais como a data da transferência, se todos os trabalhadores acompanham a mudança, se já existe localização, se o INFARMED fica suspenso no período da transferência, se há um plano de desconcentração de serviços e estudos que o alicercem. Perguntou ainda se a decisão teve a ver com o facto da candidatura do Porto para a instalação da Agência Europeia do Medicamento (EMA) não ter sido a escolhida.

O Ministro da Saúde deu nota de que desde que o Governo tomou posse, o Ministério da Saúde tem olhado para o mapeamento dos serviços de saúde no país, para ver em que medida podem ser ajustados, e a região do norte tem capacidade para acolher o INFARMED. Referiu que a concretização desse processo ocorreria em 2019, para que os aspetos técnicos e operacionais possam ser assegurados, sendo que a questão que se coloca é a de saber qual é o custo/benefício da medida. Por essa razão foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) para avaliar o impacto dessa deslocalização, salvaguardando os direitos dos trabalhadores.



ATA NÚMERO 94/XIII/ 3.ª SL

O Deputado Luís Graça felicitou a Secretária de Estado da Saúde, recentemente empossada. Perguntou ao Ministro quais as expetativas para o país pelo facto do Porto se tornar um Cluster estratégico na área do medicamento e o que pensa dos trabalhadores se terem manifestado contra essa mudança. Felicitou o Governo pela criação de um GT constituído por 26 peritos para apresentar cenários para o modelo de deslocalização e fazer a avaliação do custo/benefício.

O Ministro da Saúde esclareceu que a política enquadra o que o Governo faz e o que diz. Reconhece que ninguém é favorável à mudança, a não ser que fique perto, mas a deslocalização permitiria ter um Cluster da Saúde competitivo. Reafirmou que nada será feito que prejudique os trabalhadores, pelo que será tida em conta a sua escolha. O Deputado Moisés Ferreira perguntou o que levou o Governo a fazer o anúncio da

transferência do INFARMED para o Porto, que não estava previsto no seu plano de atividades e qual a razão da urgência. Perguntou que compromissos imobiliários existem e se foram considerados os benefícios dessa deslocalização, sendo que cerca de 92% dos trabalhadores recusam a mudança.

O Ministro da Saúde disse que não há nenhum compromisso com qualquer entidade e que o coordenador do Grupo de Trabalho referiu que seis meses seria o tempo mínimo para apresentar um estudo para apresentar uma solução, indicando que o Governo terá em conta as conclusões do GT.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que o anúncio da ida do INFARMED para o Porto está desintegrado de qualquer estratégia, e, face às declarações da sua Presidente, perguntou ao Ministro quais são os fundamentos dessa decisão, se está em condições de assegurar o cumprimento integral dos compromissos assumidos pelo INFARMED e quais os encargos imobiliários decorrentes dessa deslocalização e o que vai fazer o Governo se, no limite, a análise do GT for contrária à ida para o Porto.

O Ministro da Saúde informou que não há nenhum compromisso de natureza imobiliária, que o anúncio referia que a deslocalização nunca ocorreria antes de 2019 e o GT, entretanto criado, é constituído por personalidades reconhecidas e independentes, que não descurando os trabalhadores do Instituto, irá elaborar um estudo, que será público, e depois o Governo tomará uma decisão.

A Deputada Carla Cruz questionou o Ministro sobre a transferência do INFARMED para o Porto perguntando se é uma intenção ou se é uma decisão, quais as garantias que são dadas aos trabalhadores para que os seus direitos sejam assegurados e se



ATA NÚMERO 94/XIII/ 3.ª SL

foi tido em conta o impacto da mudança nos trabalhadores e nas suas famílias. Perguntou também se o Governo pondera integrar um representante dos profissionais no GT e não apenas auscultá-los.

O Ministro da Saúde salientou que do ponto de vista político acompanha muito do que a Deputada referiu, salientando que não foi encerrado qualquer serviço público na saúde, pelo contrário abriram ou reabriram serviços. Concorda que é necessária uma reflexão e um debate alargado sobre a descentralização de serviços. Não lhe parece impossível que os trabalhadores estejam representados no GT, sendo evidente que terão de ser ouvidos constantemente.

Na segunda ronda, de 5 minutos por Grupo Parlamentar, usaram da palavra para comentar e colocar questões os Deputados Miguel Santos, Catarina Marcelino, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, a que o Ministro da Saúde respondeu em conjunto.

Na terceira ronda, de 3 minutos por Deputado, fizeram intervenções, para pedir esclarecimentos adicionais, os Deputados Miguel Santos, Catarina Marcelino, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, a que o Ministro da Saúde também respondeu em conjunto.

O Ministro da Saúde transmitiu a todos os votos de Boas Festas.

O Presidente agradeceu as informações e os esclarecimentos do Ministro da Saúde, desejando a todos um Santo Natal e um Bom Ano Novo.

A reunião foi encerrada às 12:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. À gravação da primeira parte pode aceder-se <u>aqui</u> e ao vídeo gravação da audição do Ministro neste <u>link</u>.

Palácio de São Bento, 20 dezembro 2017.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



ATA NÚMERO 94/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra António Sales Carla Cruz Catarina Marcelino Cristóvão Simão Ribeiro Eurídice Pereira Fátima Ramos Isabel Galriça Neto Isaura Pedro João Gouveia João Marques José António Silva José de Matos Rosa Luís Graça Luís Soares Luís Vales Miguel Santos Moisés Ferreira Ricardo Baptista Leite

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Falcato Simões José Luís Ferreira Maria Antónia de Almeida Santos Marisabel Moutela Teresa Caeiro

. . . : . . . • . . : .